

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.534.352 - SP  
(2019/0192180-0)**

**RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE : AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A**  
**ADVOGADOS : MARIA CRISTINA ALVES - SP050664**  
**VANESSA MARQUES RINALDINI - SP296334**  
**RICARDO PACHECO MESQUITA DE FREITAS - DF044412**  
**AGRAVADO : MARCELO ALBERTO STEINER**  
**ADVOGADO : ROSANGELA SIMOES DE MIRANDA - MG152323**

**EMENTA**

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PLANO DE SAÚDE. RECUSA DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. REQUISITOS CONFIGURADOS. RISCO DE VIDA DO PACIENTE. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não configura ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 o fato de o Tribunal de origem, embora sem examinar individualmente cada um dos argumentos suscitados pelo recorrente, adotar fundamentação contrária à pretensão da parte, suficiente para decidir integralmente a controvérsia.

2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, em consonância com o entendimento firmado pelo eg. Supremo Tribunal Federal na Súmula 735, consolidou-se no sentido de ser incabível, em princípio, recurso especial de acórdão que decide sobre pedido de antecipação de tutela, admitindo-se, tão somente, discutir eventual ofensa aos próprios dispositivos legais que disciplinam o tema (art. 300 do CPC/2015, correspondente ao art. 273 do CPC/1973), e não violação a norma que diga respeito ao mérito da causa. Precedentes.

3. No caso, o Tribunal de origem concluiu pela presença dos requisitos autorizadores à concessão da tutela de urgência, sobretudo porque a recusa de fornecimento do medicamento pretendido poderia afetar diretamente a saúde e a integridade física do autor, existindo, portanto, perigo de lesão grave e de difícil reparação.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Maria Isabel Gallotti.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 03 de março de 2020 (Data do Julgamento)

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
Relator